
“Subcapitalismo ou socialismo?”: Revisitando uma passagem de Fernando Henrique Cardoso

“Subcapitalism or socialism?”: Revisiting a passage by Fernando Henrique Cardoso

Pedro Henrique Santos Queiroz

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: queirozsantoshenriquepedro@gmail.com.

Resumo

O texto trata da passagem final do livro “Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico”, de Fernando Henrique Cardoso. É apresentada uma contextualização desse trecho em relação às demais partes do livro, à pesquisa temática mais ampla em que sua publicação se inseria e à trajetória intelectual de FHC por meio de um breve levantamento da fortuna crítica disponível sobre sua obra. Como principais conclusões, são indicadas a atualidade e pertinência dessa passagem para pensar as relações entre as classes sociais, suas escolhas políticas e os dilemas postos ao desenvolvimento econômico no Brasil. Por fim, sugere-se o reconhecimento do *status* dessa passagem como um clássico do pensamento social brasileiro.

Palavras-chaves: FHC. Desenvolvimento. Classes. Capitalismo. Socialismo.

Abstract

The text deals with the final passage of the book “Industrial Entrepreneur and Economic Development”, by Fernando Henrique Cardoso. A contextualization of this passage is presented in relation to the other parts of the book, the broader thematic research in which its publication was inserted and to FHC’s intellectual trajectory through a brief survey of the critical resources available about his work. As main conclusions, the text point to the relevance of this passage for the reflection about the relations between social classes, their political choices and the dilemmas posed by the economic development in Brazil. Finally, it is suggested the recognition of this passage as a classic of Brazilian social thought.

Keywords: FHC. Development. Classes. Capitalism. Socialism.

Introdução

“No limite a pergunta será então, subcapitalismo ou socialismo?” (CARDOSO, 1964, p. 187). Com essa indagação na forma de uma disjuntiva, Fernando Henrique Cardoso encerrou “Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico”, texto que defendeu como tese de livre-docência em novembro de 1963, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFLC/USP). Posteriormente, a tese seria publicada em livro, com primeira edição de abril de 1964 pela coleção “Corpo e Alma do Brasil”, da Difusão Europeia do Livro (Difel). Além do tom grave com que visava dar conta da seriedade do dilema diante do qual o autor entendia que o país se encontrava – e em que talvez buscasse imprimir algo da ressonância histórica do brado do Ipiranga (independência ou morte!) –, esse é um trecho que reclama interesse do leitor contemporâneo também por seus aspectos extratextuais. Trata-se, afinal de contas, de obra escrita em momento de excepcional instabilidade política, quando o golpe militar, de 1º de abril de 1964, já se anunciava, e publicada logo em seguida, quando o novo regime ditatorial, que iria durar até 1985, dava então seus primeiros passos.

A passagem terminada na interrogação “subcapitalismo ou socialismo?” arrematava um diagnóstico de estreitamento das opções historicamente disponíveis à hegemonia política do grupo investigado no estudo em questão – o grande empresariado industrial nacional – nas condições de compromisso interno com os setores tradicionais e de associação ao moderno capital internacional tendo como pano de fundo a pressão crescente da massa de trabalhadores urbanos por reformas sociais. É nesse equilíbrio instável – entre tradicionalismo, modernização e reformas – que as opções “subcapitalismo” e “socialismo” se apresentavam à burguesia industrial como destinos históricos possíveis em seus esforços para afirmar-se como classe politicamente dominante e, ao mesmo tempo, garantir a expansão do desenvolvimento econômico (CARDOSO, 1964, p.186-187).

Com o passar do tempo, essa passagem foi recebendo a adição de várias novas camadas de significado e abrindo-se em possibilidades de leitura que ainda hoje, 56 anos após sua publicação, surpreendem por se mostrarem capazes de apelar à atualidade histórica em sua capacidade de, no mínimo, provocar a imaginação

sociológica a respeito da relação entre as classes sociais, suas opções políticas e as possibilidades abertas ao desenvolvimento econômico no Brasil.

Na primeira parte deste artigo é feita uma contextualização da passagem final de “Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico” (daqui em diante EIDE) relacionando-a com a pesquisa temática mais ampla em que esse estudo se inseria bem como às outras partes do livro que a precedem. Na segunda parte, é feito um levantamento da fortuna crítica disponível sobre essa passagem buscando situá-la na trajetória intelectual de FHC, destacando-se as apreciações do próprio FHC, de Roberto Schwarz e de Gabriel Cohn. Nas considerações finais são feitas algumas indicações sobre a atualidade dessa passagem e sugere-se seu reconhecimento como clássico do pensamento social brasileiro.

1 O livro e seu contexto

O estudo que deu origem a EIDE fazia parte de um projeto de pesquisa coletiva mais amplo intitulado “Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento”, que, por sua vez, deu origem ao Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit). A criação do Cesit havia sido determinada em 1961 como uma extensão da Cadeira de Sociologia I (FESTI, 2018, p. 260), então regida por Florestan Fernandes¹. A concepção desse projeto marcou uma inflexão importante nos padrões de trabalho da Cadeira de Sociologia I: de uma primeira fase marcada pela reelaboração em maior nível de exigência de rigor científico de temas já tratados pelas gerações de intelectuais anteriores à institucionalização acadêmica da Sociologia no Brasil (folclore, indígenas, negros) para essa nova etapa agora mais voltada à tentativa de intervenção racional na realidade nacional através, sobretudo, de um esforço de esclarecimento de causas, condições e obstáculos ao desenvolvimento econômico do país (PRONE, 2010, p. 39-40).

O arranjo de circunstâncias que garantiu as condições materiais necessárias ao trabalho de pesquisa do Cesit é indicativo da singularidade do momento político

¹O departamento de Ciências Sociais da FFLC/USP era então estruturado em duas Cadeiras: Sociologia I e II. Em 1954, com o retorno de Roger Bastide à França, Florestan Fernandes assumiu a direção da Cadeira de Sociologia I. Sua oficialização nesse posto como catedrático, contudo, só iria ser efetivada em 1964, quando apresentou o trabalho “A integração do negro na sociedade de classes”.

vivido naquele momento, que muitos percebiam como uma janela de oportunidades de concentração entre atores sociais diversos para a atualização em padrões mais dinâmicos do desenvolvimento social e econômico no Brasil. De acordo com Ricardo Festi, é possível identificar quatro fatores principais para a viabilização institucional do Cesit, quais sejam: a) as condições de interlocução abertas pela eleição, em 1958, de Carvalho Pinto para o governo de São Paulo com um Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE), que estipulava uma colaboração mais estreita da universidade com o governo em uma perspectiva tecnocrática de planejamento e coordenação visando a “superação do ritmo econômico tradicional” (apud FESTI, p 55-56); b) a influência angariada por FHC junto à comunidade uspiana, por ter sido um dos principais articuladores da Associação de Auxiliares de Ensino da USP e representante dos professores assistentes no Conselho Universitário entre 1957-1958 e em 1961, além do papel que desempenhou na eleição de Antônio de Barros Ulhôa Cintra para a reitoria em 1960 (ROMÃO, 2006, p 108-109); c) a indicação de Fernando Gasparian para a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que durante seu curto mandato (de apenas quatro meses) à frente da entidade garantiu ao Cesit um aporte financeiro de Cr\$ 10.000.000,00 sem o qual esse não teria conseguido iniciar suas atividades. Gasparian, empresário do setor têxtil e de alimentos, iniciou sua militância política no movimento estudantil, participou da campanha em defesa da Petrobras e do monopólio estatal do petróleo, foi presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo (então o maior sindicato patronal do Brasil) e diretor da Fiesp. Gasparian e FHC possuíam vínculos pessoais por causa da amizade mantida por suas esposas, Dalva Gasparian e Ruth Cardoso, que haviam sido colegas no ginásio. E, por fim, d) o início, em 1962, das atividades da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), cuja representação das Ciências Humanas e Sociais em seu conselho técnico e científico ficou a cargo de Florestan Fernandes, que garantiu que algo entre 25 e 40% do total de auxílios disponíveis para a área, em 1962 e 1963, fossem alocados para o Cesit (ROMÃO, Idem, ibidem, p 133-134), recursos esses que foram empregados na compra de materiais de pesquisa, na remuneração de assistentes de pesquisa e no pagamento de bolsas.

O projeto de “Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento” previa inicialmente a produção no período de quatro a cinco anos de quatro pesquisas monográficas e uma análise geral tendo como fio condutor a questão da instauração da ordem social competitiva no Brasil (FERNANDES, 1976, p.319). Os eixos temáticos ficaram assim distribuídos pelos pesquisadores do grupo: I – A mentalidade do empresário industrial, FHC; II – Estado e desenvolvimento, Octavio Ianni; III – A mobilização da força de trabalho, Marialice Mencarini Foracchi e Maria Sylvia de Carvalho Franco e, finalmente, IV – Desenvolvimento econômico e mudança social, Florestan Fernandes (FESTI, idem, p. 311). Simultaneamente a essas pesquisas, o Cesit iniciou também em 1961 o *survey* “A Empresa Industrial em São Paulo”. Ao todo, foram aplicados 288 questionários com dirigentes de empresas industriais localizadas na grande São Paulo e região do ABC paulista. Esse material (depois complementado por entrevistas com empresários industriais de Belo Horizonte, de Blumenau, do Recife e de Salvador) serviu de base para a redação do trabalho que viria a ser defendido, em 1963, por FHC como tese de livre docência, cuja banca examinadora participaram Florestan Fernandes, José Querino Ribeiro, Júlio Barbosa, Cândido Procópio e Caio Prado Jr.

Figura 1 – Fernando Henrique Cardoso defende sua tese na Faculdade de Filosofia. São Paulo, 20 de novembro de 1963.



Fonte: Fotografia de Domício Pinheiro. Agência Estado/AE. Reproduzida em “Fernando Henrique Cardoso: 80 anos de vida”, *IG, Último Segundo/Zoom*, 16/07/2011. Disponível em: <<http://especiais.ig.com.br/zoom/fernando-henrique-cardoso-80-anos-de-vida/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

O texto publicado em EIDE está organizado em cinco capítulos, divididos em duas partes que são precedidas por uma nota introdutória e seguidas de uma conclusão. A seguir, está transcrito integralmente o parágrafo final da conclusão em que é colocada a questão “subcapitalismo ou socialismo?” bem como um trecho do parágrafo que o antecede e que nele (no último parágrafo) é retomado por anáfora. Em seguida, é feito um exercício de acompanhamento nas demais partes do livro do argumento central aí sintetizado.

Ilhada entre as motivações e interesses de tipo tradicional que a prendem por um lado ao latifúndio e à concepção tradicional de existência e, por outro lado, ao capitalismo internacional ao qual se associou para crescer economicamente, a burguesia industrial se vê na contingência de realizar uma política à beira do abismo: ora reage contra o imobilismo a que os grupos tradicionais querem limitar a política e a economia do país, ora reage contra as pressões urbanas e populares que tendem a quebrar a rotina.

Hesita não porque não se dá conta de seus interesses reais, mas porque estes interesses são contraditórios [...].

As possibilidades de manutenção deste malabarismo não são contudo ilimitadas. Estreita-se a cada dia a faixa de compromissos possíveis. As decisões fundamentais não dependerão apenas da burguesia industrial que, parece, optou pela "ordem", isto é, por abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfeita já com a condição de sócio-menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura que muito lentamente se capitaliza. Resta verificar qual será a reação das massas urbanas e dos grupos populares e qual será a capacidade de organização e decisão de que serão capazes para levar mais adiante a modernização política e o processo de desenvolvimento econômico do país. No limite a pergunta será então, subcapitalismo ou socialismo? (CARDOSO, Idem, p 186-187).

Uma primeira questão que surge ao lermos esse trecho é: a quem o autor se refere? Quem seria essa burguesia industrial ilhada por interesses contraditórios e fadada ao tão patético malabarismo? Uma caracterização prévia do grupo em questão é visada nos dois capítulos iniciais de EIDE, por meio de revisão bibliográfica e discussão teórica sobre as questões do empreendedor (capítulo I) e dos padrões de desenvolvimento econômico, isto é de transformação das sociedades agrárias e tradicionais em sociedades industriais e modernas (capítulo II). Nesses capítulos, FHC busca demarcar desde logo a especificidade do caso brasileiro ao indicar a insuficiência da literatura referenciada ao capitalismo em sua fase concorrencial e aos casos da Europa e dos Estados Unidos para tratar das situações próprias à dinâmica do capitalismo em sua fase monopolista e nas condições periféricas que caracterizam as regiões subdesenvolvidas (idem, p. 15). No capítulo I, “Empreendedores, capitalismo e sociedades industriais”, FHC dialoga mais detidamente com as discussões clássicas sobre empreendedorismo e funções empresariais de Schumpeter (que identifica a capacidade de inovações disruptivas como essência da atividade empreendedora) e Sombart (que estabelece uma tipologia de empresários relacionando-os às distintas fases históricas do capitalismo), criticando ambos os autores sobretudo por sua “caracterização formal e abstrata [...] que se torna insuficiente diante das novas formas de capitalismo” (Idem, p. 22). Outra frente de batalha aberta por FHC nesse capítulo é com a literatura que vinha se constituindo como “[...] nova perspectiva ortodoxa de análise das sociedades industriais modernas e do capitalismo contemporâneo” (idem, p. 16) e era representada por autores como Dahrendorf, Berle e Rostow, que, ao enfatizarem os processos de cisão entre propriedade e controle dos meios de

produção, sugeriam caracterizações de pós ou neo capitalismo para os sistemas então dominantes nas sociedades industriais avançadas. Nesse sentido, embora FHC reconheça a profundidade das transformações advindas da burocratização das empresas, no contexto do capitalismo monopolista, em aspectos como motivação, objetivos e características da personalidade empreendedora, a abordagem seguida em EIDE assume como “[...] hipótese básica [...] que estas transformações se realizaram sem afetar o alfa e o ômega do sistema, isto é, a produção de lucro, e sem que as funções empresariais se tivessem tornado em rotina administrativa” (idem, p. 25).

No capítulo II, “Desenvolvimento econômico e camada industrial”, ainda em chave predominantemente teórica, mas agora buscando qualificar a noção de “desenvolvimento” sem cair em reducionismos economicistas ou voluntaristas, FHC avança no desenho do plano em que se abre o “abismo” à beira do qual a burguesia industrial do país irá se entregar a sua política malabarista. Em uma passagem desse capítulo, particularmente decisiva para a apreciação do sentido assumido pela disjuntiva “subcapitalismo ou socialismo”, FHC enfatiza a existência de vários caminhos possíveis para o desenvolvimento econômico, que não necessariamente reproduziriam aqueles percorridos pelos países centrais nem tampouco se restringiriam aos marcos do modo de produção capitalista:

Nas condições presentes do mundo a ideia das etapas necessárias para reviver as “classes” e os “tipos de homens” capazes de repetir nos “países em desenvolvimento” a história do capitalismo ocidental parece ter sido definitivamente afastada: há caminhos do subdesenvolvimento ao desenvolvimento que não passam pelo capitalismo. Sendo assim, desfeitos os liames de fato entre burguesia – empreendedores – e desenvolvimento industrial, a versão caleidoscópica do processo de mudança social pôde ter curso mais fácil: de subsistente só as pedras, representadas pela tecnologia científica, e o foco de projeção no qual se estruturam as combinações múltiplas, representado pela ideia de “civilização industrial” (idem, p. 59).

A análise concreta dos processos históricos de industrialização efetivamente verificados em cada país não pode, assim, se limitar ao simples monitoramento de um dado conjunto de fatores eleitos como os mais relevantes por esse ou aquele modelo abstrato de determinações objetivas e condicionantes circunstanciais, “[...] como se a sociedade fervesse a 100º, e, de repente, instaura-se o desenvolvimento

como uma forma de ebulição” (idem, p. 71). Resta, portanto, necessário contemplar os aspectos propriamente políticos de luta entre diversos atores sociais interessados, reconhecendo nesses a sua capacidade de fazer escolhas e de agir condicionados por estruturas que, por sua vez, são plasmadas por esse agir, ou seja, “Estrutura e estratégia não guardam entre si relação de paralelismo: interpenetram-se” (idem, *ibidem*). Na segunda parte do capítulo, FHC traz para o primeiro plano as teorias sobre industrialização no Brasil desenvolvidas por Celso Furtado e Hélio Jaguaribe. Furtado era então ministro do Planejamento do governo João Goulart e Hélio Jaguaribe, um dos principais expoentes intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), do qual se encontrava afastado desde 1958, dentre outros motivos, por divergir da linha nacional desenvolvimentista predominante no Instituto, como ficou explícito com a repercussão gerada pela publicação naquele ano de seu livro “O nacionalismo na política brasileira”. Apesar de reconhecer a consistência e mesmo o brilhantismo intelectual das contribuições de Furtado e Jaguaribe, FHC indica as principais limitações dessas abordagens por incorrerem em certa descontinuidade entre análise econômica e sociológica, o que as deixava vulneráveis à tendência de enxergar na industrialização um processo que se auto propulsiona de forma mais ou menos independente dos desígnios dos atores sociais envolvidos, produzindo, assim, diagnósticos nos quais temas como o imperialismo, o latifúndio e as lutas de libertação nacional estão como que sublimados (sendo essa última ressalva particularmente válida para Furtado):

Sem referência aos interesses sociais, aos objetivos e às decisões transformadas em ação de grupos antagônicos (dentro e fora do Brasil), a análise acaba por retirar da história o nervo político, dando por suposto pacificamente o que não é verdadeiro: que a Civilização industrial destrói a oposição dos interesses de classes e o choque entre as nações (idem, p. 79).

A leitura proposta em EIDE identifica dois momentos sociológicos relevantes para elucidar os arranjos de forças que ocasionaram o impulso capaz de romper o *status quo* de uma sociedade agrário exportadora e politicamente dependente na direção da formação de uma sociedade industrial autônoma (idem, p. 84-85). Nesse esquema analítico, a burguesia nacional não aparece como principal agente impulsionador da mudança na primeira fase de crescimento industrial, que até a

década de 1950 segue um padrão tradicional, adaptativo e “empírico”, isto é, de aplicação de capitais em setores e atividades que garantiam maior retorno no curto prazo, sem, contudo, ocasionar mudanças profundas na estrutura econômica (idem, p. 83). Os impulsos dinâmicos estruturadores fornecidos pela ação estatal nesse primeiro momento – sob a forma de investimentos em infraestrutura, indústrias de base, coordenação e planejamento da atividade econômica – foram tomados em grande parte à revelia dessa burguesia nacional e movidos pela pressão difusa da entrada na cena política das classes populares “afônicas” e bem como pela pressão concentrada das classes médias urbanas em favor de uma agenda “desenvolvimentista” na defesa do “interesse nacional” (Idem, p. 86). É apenas no segundo momento que essa agenda será assimilada como sua pela burguesia nacional, sendo determinante, nesse sentido, a ação da tecnocracia tanto do setor público como privado e dos industriais de “segunda geração”, já familiarizados com as “regras do jogo” da industrialização coordenada e induzida pelo Estado (idem, p. 91-92).

O capítulo III, “A direção das empresas industriais”, que abre a segunda parte de EIDE, trata dos fenômenos de permanência e mudança observados nos padrões de controle e administração dos empreendimentos industriais. É nesse capítulo que aparecem pela primeira vez os resultados das pesquisas realizadas para EIDE e as falas dos empresários entrevistados. Dentre os principais achados da pesquisa estão a predominância da propriedade e do controle familiar como fator de restrição da adoção de práticas racionais e burocráticas de gestão e a verificação da ocorrência de um processo de transição para padrões administrativos mais atualizados tendo por principais difusores as empresas de economia mista e de capital estrangeiro. Outra conclusão do estudo é que as variáveis mais relevantes para explicar o processo de diferenciação da estrutura administrativa não são as regionais, mas de tamanho e complexidade das empresas. Nesse sentido, o *survey* feito pelo Cesit, em São Paulo, indicou que a forma mais comum (29%) de exercício de direção das empresas grandes (499 empregados ou mais) era por administradores, seguida de proprietários (22%) e proprietários e administradores (também 22%), enquanto que se consideradas todas as empresas com mais de 20 empregados, a maior parte (44%) era dirigida pelos proprietários, sendo a segunda

forma mais comum (17%) por proprietários e administradores (Idem, 96-97). As razões para essa configuração não se limitam aos aspectos culturais, de suposta inadequação e resistência irracional das elites empresariais à mudança, devendo antes ser entendidas em função das incertezas do mercado brasileiro e da inconstância de política industrial dos governos:

[...] o grau escasso de previsibilidade econômica imposto pela conjuntura socioeconômica brasileira obriga os empresários a tomar decisões rápidas, guiadas mais pela "sensibilidade econômica" do que pelo conhecimento técnico dos fatores que estão afetando a empresa. A delegação de autoridade e a racionalização das formas de controle pode resultar, nesta conjuntura, em perdas graves, que a ação pronta e "irracional" (isto é, não controlada por meios técnicos) do chefe de" empresa pode evitar (idem, p. 106).

O capítulo IV, “Tradicionalismo e renovação: a mentalidade dos empreendedores”, aprofunda a discussão sobre os fenômenos de transformação de mentalidade e ideologia dos empreendedores. O termo “mentalidade empresarial” é agora definido em termos formais como a racionalidade econômica do capitalismo concorrencial, “[...] quando os industriais alcançam consciência da necessidade de ‘estar à frente dos concorrentes’ e essa consciência leva-os à prática de determinados tipos de ação econômica que garantem para suas empresas uma ‘posição vantajosa no mercado” (Idem, p.125). Nesses termos, a mentalidade empresarial não pode ser compreendida como decorrência direta da adoção deste ou daquele modo de estrutura e gestão, podendo ser verificada tanto em modelos de negócio antiquados como em filiais brasileiras, de configuração familiar e tradicional, que aceitam passivamente as diretrizes de organização técnica e gestão científica vindas das organizações internacionais a que se associam.

Visando dar concretude à análise da mentalidade empresarial no meio social brasileiro, FHC recorre a uma tipologia que distingue entre “capitães de indústria” (mais ligados ao “espírito de aventura”) e “homens de negócio” (mais próximos do espírito de “coordenação do conjunto”) e identifica como tendência de modernização a substituição de um tipo pelo outro como predominante no meio empresarial. São características da ação econômica da geração pioneira de capitães de indústria: a audácia na identificação de oportunidades de ganho imediato, a obstinação no trabalho, ainda que sob padrões arcaicos de avaliação econômica, o tradicionalismo

de valores, em especial certa atitude paternalista que entende a empresa quase como uma extensão do grupo familiar e vê com desconfiança qualquer modernização do comportamento operário como “ação oculta do comunismo” (idem, p. 131). Já os homens de empresa são caracterizados pelo trabalho metódico e especializado, em bases científicas atualizadas ao padrão internacional, com projeção de expectativas a prazos médios baseada no aumento contínuo da produtividade e, acima de tudo, pela tendência a voltar-se para além do espaço da fábrica (no qual o capitão de indústria se encerrava como em um “círculo de giz”) dirigindo suas preocupações para a “sociedade como um todo” (idem, p. 140-141).

Esse último aspecto, em particular, divide as opiniões dos homens de empresa em dois planos opostos quanto à compreensão que nutrem sobre qual projeto político seria capaz de fazer coincidir o “interesse nacional” com o de suas “classes produtoras”: enquanto que parte das novas lideranças empresariais propagava a ideia de um desenvolvimento independente, preferencialmente sob o controle de “empresas nacionais”, outra parte defendia o alinhamento com o “capitalismo ocidental” e o desenvolvimento “[...] *tout court*, pouco importando a origem do capital” (idem, p. 151). Esse segundo grupo, de homens de negócio, era também mais propenso a uma visão cataclísmica do que o futuro político parecia lhes guardar. Na fala de um dos entrevistados, destacada por FHC como representativa do grupo em questão, é possível vislumbrar alguns dos temores que levariam a elite empresarial do país a apoiar majoritariamente o golpe de Estado de 1964 e que corresponde à parte fantasmagórica da disjuntiva “subcapitalismo ou socialismo”:

Pode-se generalizar para o conjunto desses empresários a afirmação de um deles: ‘Os homens das classes produtoras brasileiras não têm consciência de suas obrigações para com o governo, isto é, com o povo. Têm uma atitude irresponsável. Essa atitude pode levar a problemas sérios como aconteceu em Cuba. Todas as condições que havia em Cuba existem no Brasil: 1º) a falta de interesse das classes produtoras; 2º) a desonestidade dos Governos; 3º) a falta de visão da diplomacia americana, que, em Cuba principalmente, influía diretamente na vida econômica’.

O capítulo final, “Política e ideologia: a burguesia industrial”, discorre sobre as perspectivas políticas abertas à burguesia industrial agora explicitamente analisada em termos de classe social. Nesse sentido, a elite industrial brasileira passa a ser interrogada em termos de suas condições históricas de formação social e

de tomada de consciência sobre quais seriam seus reais interesses e papéis a desempenhar no quadro mais amplo de desenvolvimento econômico do país (idem, p. 159). Nos termos do debate marxista clássico, trata-se, em suma, de discutir a burguesia industrial brasileira como classe em-si e para-si. Quanto à sua formação, o grupo em questão se constitui como “[...] uma camada social recente e heterogênea”, o que, por sua vez, se desdobra na dificuldade de formar uma “[...] ideologia industrial capaz de nortear as ações de todos em função dos interesses comuns” (idem, p. 161).

Além da heterogeneidade de situações e diversidade de origens, são fatores adicionais de empecilho à formação de uma autoconsciência de classe mais consequente e decidida por parte dessa burguesia industrial: a) a satisfação relativa de sua contraparte no grande esquema da moderna luta de classes, isto é, o proletariado urbano, que, vendo-se contemplado pelo aumento dos salários reais (tendência verificável pelo menos até 1959, de acordo com os dados de que FHC dispunha) que acompanhavam o crescimento da renda nacional, aparentemente não se dispunha a uma política de reivindicação mais agressiva que obrigasse o grupo burguês a uma coesão defensiva; b) a presença de “[...] preconceitos patrimonialistas arraigados” em um grupo em grande parte formado por “industriais descendentes de senhores de escravos ou das ‘famílias de tradição’” (idem, p. 162) e, finalmente, c) a disponibilidade de altos retornos ao capital, mesmo mantendo-se a situação de controle dos postos de direção do Estado por grupos tradicionais, isto é, mantendo a situação aparentemente paradoxal, mas não obstante proveitosa, de se constituir como classe “[...] economicamente dominante, sem ser de forma total camada politicamente dominante” (idem, p. 168).

As condições de exercício de hegemonia política por essa burguesia industrial se veem limitadas pelo duplo desafio representado pelo subdesenvolvimento, de um lado, e, de outro, pela emergência de uma sociedade de massas (isto é, a presença cada vez mais difícil de ignorar das “classes populares” na “vida nacional”, seja pela demanda de um papel mais ativo na cena política, seja pela participação na sociedade de consumo de massas) (idem, p. 175). Dada a dificuldade da racionalidade econômica orientada pela busca de uma “lucratividade alta e rápida” (que segue predominante na mentalidade empresarial do “homem de negócios”) em

mobilizar recursos no volume e com a coordenação necessários para engendrar processos de desenvolvimento econômico em curso “regular e efetivo”, este só encontra duas soluções possíveis, ambas as quais envolvem risco de perda de controle da burguesia industrial sobre os rumos do capitalismo no país. De um lado, apresenta-se a opção de estatizar áreas estratégicas da atividade econômica, tal como reivindicado por parte importante do movimento sindical e dos grupos nacionalistas; de outro, a associação ao capital internacional e, internamente, a composição com os interesses que compõem o “partido da ordem” (idem, p. 175-176).

A primeira opção acende para a burguesia industrial o alerta de “revolução social”, já a segunda, representa o risco de “imobilismo”. Com alguma frequência, a avaliação exagerada dos riscos de uma iminente revolução comunista serve de fiel da balança inclinando a burguesia industrial a se alinhar com agendas políticas que seriam contrárias aos seus “interesses objetivos”, como no caso da desconfiança e animosidade compartilhadas tanto por industriais nordestinos como pelas tradicionais oligarquias locais às ações de fomento ao desenvolvimento regional promovidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE):

As opiniões contrárias à SUDENE, por exemplo, revelam a insensatez de classe: os grupos industriais que combatem a SUDENE fazem o jogo dos grupos dominantes tradicionais e rejeitam uma política que exprime os “interesses reais” da burguesia industrial. O delírio direitista a que se entregam alguns grupos industriais, da mesma forma, espelha a política de avestruz que orienta parte da burguesia industrial: por temor da revolução abdicam a política de reformas deixando de lado os projetos de hegemonia política para apoiar a estratégia de reação dos grupos dominantes tradicionais (idem, p. 178).

Nesse clima carregado de “insensatez de classe” e “delírio direitista” as soluções “bonapartistas” apareciam cada vez mais aos atores políticos como soluções viáveis ao impasse em que se encontravam (idem, p.179). Em um trecho, particularmente saboroso para o leitor contemporâneo familiarizado com a história política brasileira do período recente, FHC comenta a função do jogo instável entre Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como uma das poucas e frágeis anteparas então disponíveis contra a consumação da solução golpista, que efetivamente viria a ocorrer no curso dos acontecimentos posteriores:

Mas como os dois polos políticos temem o "sentido" do bonapartismo (golpe ou contragolpe?) volta-se a um novo imobilismo, que em geral se exprime, na política partidária, pela aliança entre o PSD e o PTB, isto é, entre o "novo Brasil" que se dispõe ao compromisso e o velho Brasil que sabe que o compromisso é sua forma de ser. Nestes momentos a prática política da burguesia nacional transforma-se numa política prática sem grandezas. (Idem)

Afinal, a polarização entre o “novo Brasil que se dispõe ao compromisso” e o “velho Brasil que sabe que o compromisso é sua forma de ser” expressa uma “política prática sem grandezas” porque não tem a capacidade ou disposição de encarar a questão que realmente importa para o desenvolvimento econômico do país: subcapitalismo ou socialismo.

2 Fortuna crítica

Seja pelas qualidades que lhe são imanentes de originalidade crítica e reflexiva, seja pelo interesse histórico que a passagem do tempo veio a lhe conferir, o fato é que o trecho final de EIDE tem suscitado exercícios diversos de releitura movidos por interesses também diversos.

Uma primeira interpretação sobre esse trecho é aquela fornecida pelo próprio autor, que enfatiza o caráter datado da obra e as leituras a seu ver geralmente equivocadas que ela estimulou. O equívoco mais comum estaria na apropriação dessa passagem pelos diagnósticos então dominantes entre os economistas de esquerda da época, que acreditavam que o modelo brasileiro de capitalismo estaria fadado à estagnação econômica e ao retrocesso político autoritário. Ainda segundo FHC, essa leitura ignora a linha de continuidade que conecta EIDE a outras obras de sua autoria, notadamente, sua tese de doutorado “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul” (1961) e “Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica”, escrito em coautoria com Enzo Faletto (1969), obra pela qual viria a alcançar notoriedade internacional. Em comum, tais obras trazem uma abordagem não determinista que contempla possibilidades de acumulação de capital e de desenvolvimento econômico relativamente autônomos a uma inserção dependente e

periférica na divisão internacional do trabalho. Em entrevista concedida a Pedro Lima, em 2013, FHC discorre longamente sobre o assunto:

Fernando Henrique Cardoso: [...] era uma briga dos cientistas sociais com os economistas. E eu já tinha escrito o *Empresário Industrial* e o desenvolvimento econômico e já tinha uma visão mais rica desse processo, de como se davam as ligações... Quando eu vi que os empresários todos daqui de SP não queriam outra coisa senão se aliar ao capitalismo, ao imperialismo, vi que o negócio era outro. Ali começou uma linha de análise que foi dar, depois, na forma de desenvolvimento dependente-associado. Mas desenvolvimento. O livro foi lido de outra maneira, foi lido à maneira de Gunder Frank e de outros mais, de que aquilo seria uma camisa de força, “é assim, só tem um jeito, só há uma política possível: ruptura geral, socialismo”. E nessa época, nos anos 60, quase todos aqui no Brasil, inclusive o Celso Furtado, a Maria da Conceição Tavares, o Jaguaribe, todos achavam que, como O’Donnell teorizava, o capital impunha um regime autoritário, não podia se expandir sem o regime autoritário. Noutros casos diziam que não ia se expandir coisa alguma, que ia voltar para trás. Eles erraram completamente a leitura do que estava acontecendo [...].

Pedro Luiz Lima: Queria voltar um pouco para a passagem entre o *Empresário Industrial* e o *Dependência e Desenvolvimento*, porque o final do *Empresário Industrial* é bem enigmático...

Fernando Henrique Cardoso: É, ali eu faço uma concessão: “Subcapitalismo ou socialismo”...

Pedro Luiz Lima: Sim, e é aí que eu queria chegar. Lendo esse trecho, quase 50 anos depois, eu penso “bem, aqui Fernando Henrique está fazendo uma concessão ao estagnacionismo”...

Fernando Henrique Cardoso: Sim, no fundo ali havia uma concessão à ideologia.

Pedro Luiz Lima: É “precisamos da revolução, senão não vai dar jeito”. O senhor está apontando para esse lado...

Fernando Henrique Cardoso: Sim, é isso. O livro foi publicado em 64, em meio à crise do Jango, então era muito difícil ser consequente com o que eu tinha visto (LIMA, 2013, p. 12).

É um exercício instigante contrapor essa interpretação do autor sobre sua própria obra com a avaliação exposta por Roberto Schwarz em “Um Seminário de Marx”, texto em que analisa a produção e trajetória da geração de intelectuais uspianos, da qual ele e FHC fizeram parte, que, a partir de 1959, se reuniram em um hoje célebre grupo de estudos para ler e discutir a obra magna de Karl Marx, *O Capital*. Embora Schwarz compartilhe da leitura de FHC sobre a existência de um mesmo fio analítico a conectar EIDE a “Capitalismo e Escravidão” –que pode ser encontrado em estado embrionário – e “Dependência e Desenvolvimento” – que já se encontra plenamente desenvolvido e amadurecido –, sua interpretação da passagem final “subcapitalismo ou socialismo?” é diametralmente oposta: trata-se não de um equívoco resultado de uma concessão do autor à ideologia da época, mas talvez de

um dos maiores acertos de sua carreira, e justamente porque tinha a coragem de ir de encontro aos prognósticos da esquerda ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) que então apostava em uma aliança estratégica com o que seria a fração progressista da burguesia nacional:

O parágrafo final, redigido às vésperas e sob a pressão do desfecho de 64, concluía por uma alternativa inesperada para a esquerda [...]. "No limite a pergunta será, então, subcapitalismo ou socialismo?" Só Deus sabe o que teria sido este socialismo, mas o prognóstico, no que diz respeito ao subcapitalismo, não só fugia à voz corrente como se mostrou exato. A alternativa contrariava de frente as formulações do Partido Comunista, que se haviam transformado no clima geral da esquerda e justificavam as alianças em que esta acreditava [...]. No aperto, a burguesia nacional preferiu a direita e os americanos ao operariado nacionalista, que por sua vez, em parte ao menos, também preferia as firmas estrangeiras. E o mais importante: contrariando a previsão dos progressistas, ao golpe conservador seguiu-se um poderoso surto industrial — que entretanto não cumpriu nenhuma das promessas políticas e civilizatórias que se costumam associar ao desenvolvimento econômico. Fernando Henrique acertara em toda linha, também neste ponto: tratava-se de um "subcapitalismo", ávido de avanços econômicos e sem compromisso com a integração social do país. A impopularidade da tese não impedia que a sua justeza fosse reconhecida à boca pequena, e suponho que a ascendência intelectual e política de seu autor no interior da esquerda tenha crescido a partir daí (SCHWARZ, 1998, p. 109-110).

Contrariamente a FHC e Schwarz, o também uspiano Gabriel Cohn localiza EIDE como clímax da primeira fase de produção intelectual de FHC, ao qual se seguiria uma segunda fase iniciada no exílio pós golpe de 1964 – cuja tônica seria dada pela formulação da teoria da dependência –, e de uma terceira fase que corresponderia ao período pós abertura política, quando suas preocupações se voltaram para os temas da democratização no Brasil e das novas configurações do desenvolvimento no mundo globalizado. A avaliação de Cohn sobre a passagem final de EIDE é a de que se trata de um floreio retórico que mais atrapalha do que ajuda a enxergar as questões essenciais que toda a análise precedente havia introduzido como uma disputa atraso *versus* modernização e que seriam melhor sintetizadas caso o dilema fosse formulado nos termos “subcapitalismo ou capitalismo?”

No final da análise, fica a dúvida. Está-se assinalando os limites históricos e estruturais à constituição do empresariado como classe, ou se está apontando para a dimensão política na qual ela pode se organizar, ou o olhar está dirigido para alguma alternativa como classe dominante -enfim, como ler o livro para além do encanto com a finura das análises? Para Fernando Henrique, o embaraço se resolve de uma maneira muito dele: uma frase de efeito como fecho. "No limite a pergunta será, então, subcapitalismo

ou socialismo?". Questão retórica, até porque a pergunta que a antecede é sobre a capacidade das massas urbanas e dos grupos populares para "levar mais adiante a modernização política e o processo de desenvolvimento econômico do país". Mais valeria propor a alternativa em termos de subcapitalismo ou capitalismo. Isso nos privaria do "granfinale", mas deixaria mais claros os problemas (COHN, 1996, sp).

Apesar de discrepantes entre si, as leituras que sustentam FHC, Schwarz e Cohn sobre o dilema "subcapitalismo ou socialismo?" que encerra EIDE são todas possíveis e, cada qual a sua maneira, convincentes. São possíveis porque nenhuma delas depende de alguma grande torção interpretativa do texto original para se viabilizar. Quanto à determinação da maior ou menor plausibilidade de cada interpretação, é seguro afirmar que essa não é uma questão que possa ser resolvida por critérios de mera exegese (comentário e explicação do sentido "correto" do texto), mas que necessariamente implica na tomada de posição por parte do leitor quanto às possibilidades historicamente dadas ao desenvolvimento econômico no Brasil, sejam elas de subcapitalismo, capitalismo ou socialismo.

Considerações finais

O texto aqui apresentado tratou da passagem final de EIDE, em especial de sua última frase, que anuncia o dilema "subcapitalismo ou socialismo?" como balizador das escolhas políticas então disponíveis à burguesia industrial quando da escrita do livro, segundo o entendimento de FHC à época. Visando aprofundar a inteligibilidade dessa interrogação, buscou-se contextualizar, na primeira parte do artigo, essa passagem em relação às demais partes do livro em que ela se inseria e à pesquisa coletiva da qual fazia parte o livro em questão (o projeto temático "Economia e Sociedade no Brasil", conduzido sob o abrigo institucional do Cesit e da cadeira de Sociologia I). O exame das condições que possibilitaram que a pesquisa que deu origem a EIDE fosse feita revela um arranjo muito particular de circunstâncias em diferentes níveis institucionais: prestígio do grupo de FHC no conselho universitário da USP, criação da Fapesp com Florestan Fernandes como representante das humanidades, eleição de Carvalho Pinto para o governo de São Paulo e a breve passagem de Fernando Gasparian pela presidência da CNI.

A reconstrução do argumento elaborado em EIDE revelou a capacidade demonstrada por FHC em dialogar criticamente com a bibliografia clássica sobre empreendedorismo e desenvolvimento econômico a partir de seus achados de pesquisa. Sobressaem-se na análise de FHC as dificuldades enfrentadas pela burguesia industrial em atualizar sua visão de mundo e seus padrões de ação econômica em moldes tipicamente modernos além de conseguir constituir-se plenamente como classe social com consciência de seus interesses e da capacidade de orientar estrategicamente sua ação de forma consequente com tais interesses. É dessa fragilidade constituinte da burguesia industrial e de sua incapacidade de assumir o que seria seu papel histórico como classe politicamente hegemônica que o dilema “subcapitalismo ou socialismo?” emerge como sinalização das alternativas históricas disponíveis a esse grupo social específico e ao país como um todo, dada a importância atribuída por esse esquema analítico ao processo de industrialização para a formação nacional.

A segunda seção do artigo apresentou um levantamento de parte da fortuna crítica disponível sobre a interpretação dessa passagem ao comparar as apreciações que dela fazem o próprio FHC, Roberto Schwarz e Gabriel Cohn. Nesse sentido, buscou-se desenvolver um terceiro nível de contextualização da passagem final de EIDE, agora se referindo à trajetória intelectual de FHC. Constatou-se que as avaliações quanto ao sentido político da colocação do dilema nos termos “subcapitalismo ou socialismo?” diferem bastante: seja como concessão ideológica às teses estagnacionistas então dominantes entre os economistas de esquerda da época (FHC) ou como afirmação de independência intelectual frente à linha estratégica recomendada por parte da esquerda no pré-64 (notadamente aquela sob influência direta do PCB) que previa uma aliança entre as classes trabalhadoras com os setores mais avançados da burguesia nacional (Schwarz) ou ainda como sacrifício da qualidade analítica do argumento em favor de sua grandiloquência retórica causando uma confusão desnecessária ao dilema que seria melhor formulado nos termos da escolha por um modelo de capitalismo mais ou menos moderno ou atrasado (Cohn).

Por sua capacidade de ainda hoje, na segunda década do século XXI, ajudar a estabelecer os termos da discussão (mesmo que para refutá-los – o que, em si, já

constitui um exercício analítico aproveitável) e provocar a colocação de novas e melhores questões sobre os dilemas políticos enfrentados pelo desenvolvimento econômico no Brasil, a interrogação ao final de EIDE parece atender às exigências expostas por Jeffrey Alexander em “A importância dos clássicos” sobre o que se espera de um texto clássico em ciências sociais, quais sejam: a capacidade de gozar de “[...] *status* privilegiado em face da exploração contemporânea no mesmo campo” e “[...] estabelecer critérios básicos em seu campo de especialidade” (ALEXANDER, 1999, p. 24).

A corroborar essa hipótese está a insistência com que as análises contidas em EIDE têm reverberado para além do período a que se referem. No ensaio “O Ornitórrinco”, publicado por Francisco de Oliveira em 2003 quando se iniciava o primeiro governo de Lula da Silva (PT), que havia recebido a faixa presidencial diretamente de FHC, EIDE é citado duas vezes em notas de rodapé, sendo referido na segunda delas – em um trecho que trata do desinteresse da burguesia nacional por uma aliança emancipadora com as classes subordinadas – como “talvez o que de melhor o ex-sociólogo, hoje ex-presidente e eterno candidato ao Planalto, produziu academicamente” (OLIVEIRA, 2003, p. 132).

Doze anos depois, por ocasião da crise terminal do governo de Dilma Rousseff, que marcou o fim do ciclo petista à frente da Presidência da República, André Singer retomou EIDE, também em uma nota de rodapé, na página final de seu texto “A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista” (SINGER, 2016, p.54), em que traça um paralelo entre a retirada de apoio da burguesia industrial ao programa da “nova matriz econômica” tentando nos anos 2010 com a “ilusão de ótica que engolfou o nacionalismo dos anos 1950/1960”, sendo o texto de FHC indicado como “uma das melhores análises sobre o assunto”.

Em suma, o sentido clássico da passagem final de EIDE terminada na frase “subcapitalismo ou socialismo?” é dado por sua capacidade sempre renovada de nos assombrar em sua atualidade. Com efeito, alguns acontecimentos recentes parecem demonstrar o empenho da burguesia industrial brasileira em confirmar sua vocação subcapitalista. É o caso do episódio do dia 07 de maio de 2020, quando um grupo de lideranças empresariais, que supostamente representariam algo em torno de 45% do PIB industrial do país, se dispôs a formar uma comitiva improvisada com o

presidente Jair Bolsonaro e alguns de seus ministros para atravessar a pé a Praça dos Três Poderes a fim de constranger o presidente do Supremo Tribunal Federal a recebê-los em audiência fora da agenda para ouvir suas reclamações contra as políticas de isolamento social necessárias ao combate à pandemia da Covid-19². Na forma, a naturalidade com que tais lideranças aceitaram participar desse ato de quebra de decoro sinaliza seu pouco apreço por valores como estabilidade institucional e harmonia entre poderes. No conteúdo, a reivindicação de retorno às atividades normais o quanto antes e sem qualquer embasamento em evidência científica indica uma mentalidade predatória que, para ficarmos nos termos usados por FHC em EIDE, parece mais adequada aos modos de agir e pensar de capitães de indústria descendentes de senhores de escravos do que de homens de negócios racionais e modernos.

Bibliografia

ALEXANDER, Jeffrey. A Importância dos Clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan [ogs]. *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel, 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, LTC, 1970.

COHN, Gabriel. Entre estruturas e estratégias. *Folha de São Paulo*, 13/10/1996. São Paulo: Folha de São Paulo, 1996.

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FESTI, Ricardo Colturato. *O Mundo do Trabalho e os Dilemas da Modernização: Percursos cruzados da sociologia francesa e brasileira (1950-1960)*. São Paulo: Unicamp, 2018.

²Bolsonaro vai a pé com ministros e empresários ao STF e apela por redução de medidas restritivas. G1 e Tv Globo. 07 mai. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/07/bolsonaro-atravesa-praca-dos-tres-poderes-a-pe-e-vai-ao-stf-acompanhado-de-ministros.ghtml>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LIMA, Pedro Luiz. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. *Revista Estudos Políticos*. Nº 6, 2013/01, [7-21]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista/ O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PRONE, Leando Avena. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil: um estudo sobre a obra de FHC e suas implicações para a teoria da dependência*. São Paulo: Unesp, 2010.

ROMÃO, Wagner Melo. *A Sociologia Acadêmica nos Anos 60. A experiência do Cesit*. São Paulo: Humanitas, 2006.

SCHWARZ, Roberto. Um Seminário de Marx. *Novos Estudos*, Cebrap, Nº 50, São Paulo: Cebrap, 1998.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *As contradições do Lulismo. A que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

Recebido em: 20 jul. 2020.

Aceito em: 30 set. 2020.

COMO REFERENCIAR

QUEIROZ, Paulo Henrique Santos. “Subcapitalismo ou socialismo?": Revisitando uma passagem de Fernando Henrique Cardoso. *Latitude*, Maceió, v.14, n. 1, p.73-94, 2020.